



EDITAL DE CHAMADA DE ARTIGOS

V. 01 N. 02 (JUL./DEZ. 2021) E V. 02 N. 01 (JAN./JUN. 2022)

1 Sobre a revista. A Revista Semestral de Direito Econômico (www.resede.com.br) é um periódico eletrônico gratuito que busca a publicação de trabalhos científicos que estimulem e aprofundem o estudo da disciplina de Direito Econômico através de um processo editorial ético e transparente. O recebimento e a publicação dos trabalhos aprovados são feitos em fluxo contínuo, com o fechamento semestral dos fascículos. A revista ainda não possui avaliação Qualis.

2 Foco e escopo. A revista tem como foco o estudo, a reflexão e o aprofundamento do Direito Econômico no Brasil e nos demais países. Seu escopo é divulgar trabalhos científicos qualificados que são relacionados à área, especialmente sobre os seguintes temas:

2.1 Conceito, métodos, divisões, princípios, regras, fontes, fundamentos, história, evolução do Direito Econômico.

2.2 A relação entre o Direito Econômico e outros ramos do Direito.

2.3 Direito Econômico e Política Econômica.

2.4 Direito Econômico e Constituição Econômica.

2.5 A relação entre o Direito Econômico e planejamento, desenvolvimento, produção, circulação, repartição e consumo.

2.6 Direito Econômico e Estado.

3. Recebimento e publicação de artigos em fluxo contínuo. A revista mantém chamada permanente de artigos científicos de temática livre relacionada ao Direito Econômico. Em razão da publicação em fluxo contínuo da revista, os trabalhos serão publicados conforme forem aprovados pelos avaliadores. Semestralmente, o fascículo será fechado e a edição completa será disponibilizada. Artigos aprovados poderão permanecer em fila para a publicação no próximo fascículo para atender as exigências de avaliadores de periódicos.

3 Dossiês temáticos. Com a finalidade de estimular o estudo de temas que cingem o Direito Econômico, a revista disponibiliza espaço para a apresentação de artigos científicos com temas específicos.

3.1 Direito Econômico e a Pandemia. Ementa: O estudo acerca dos efeitos da pandemia causada pelo Covid-19 sob a perspectiva do Direito Econômico pode revelar um fértil campo para debates e reflexões. Seguem alguns exemplos de tópicos a serem versados, como, entre outros: 1) A comparação sob a perspectiva do Direito Econômico entre as respostas à pandemia dadas pelo Brasil e pelos demais países. 2) As decisões proferidas pelos magistrados acerca de políticas econômicas e sociais. 3) As normas criadas pelos legisladores e os seus efeitos no cenário de pandemia. 4) O Direito Econômico como “Direito de Crise”. 5) A análise das medidas de política econômica tomadas pelos atores políticos e de suas consequências. 6) As relações entre Estados, entre indivíduos e entre indivíduos e Estados em um cenário pandêmico



sob o prisma do Direito Econômico. Tais tópicos exemplificam a abundância de material que pode ser produzido acerca da relação Direito Econômico e Pandemia.

3.1.1 Edição, prazo e previsão de fechamento da edição. O dossiê temático será publicado no fascículo 02 do volume 01 da revista, com prazo de submissões até 15 de setembro de 2021 e com previsão de fechamento da edição em dezembro de 2021.

3.2 Direito Econômico e o Supremo Tribunal Federal. Ementa: O Supremo Tribunal Federal brasileiro, guardião da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, apresenta notável atuação em temas relacionados ao Direito Econômico. As suas decisões, justamente por serem proferidas pela Suprema Corte brasileira, apresentam grande projeção e merecem uma análise detida. A atuação contemporânea e passada do tribunal acerca da disciplina pode ser comparada e questionada. Decisões emblemáticas podem ser rememoradas, criticadas e refletidas diante de novos problemas e cenários. As propensões ideológicas pessoais dos julgadores podem, por vezes, determinar surpreendentes guinadas jurisprudenciais, quando não casuísmos, desafiando a própria literalidade do texto da Constituição de 1988. A ideologia constitucionalmente adotada corre o risco de ser distorcida pelos seus intérpretes. Neste sentido, a relação entre Direito Econômico e o Supremo Tribunal Federal pode ser proficuamente estudada no dossiê temático proposto.

3.1.1 Edição, prazo e previsão de fechamento da edição. O dossiê temático será publicado no fascículo 01 do volume 02 da revista, com prazo de submissões até 15 de março de 2022 e com previsão de fechamento da edição em junho de 2022.

Cronograma das próximas edições			
Edição	Dossiê temático	Prazo para submissões	Previsão de fechamento da edição
V. 01 n. 02	Direito Econômico e a Pandemia	15/09/2021	Dezembro de 2021
V. 02 n. 01	Direito Econômico e o Supremo Tribunal Federal	15/03/2022	Junho de 2022

4 Seções da Revista. A revista também aceita submissões para as seguintes seções: traduções, artigos clássicos, resenhas, pareceres, comentários jurisprudenciais e legislativos, trabalhos de direito comparado e entrevistas, que serão publicados uma vez preenchido o pressuposto de contribuir para o enriquecimento da disciplina de Direito Econômico. Para estas seções, não há a necessidade de preenchimento dos requisitos nesta área da revista, uma vez que a avaliação será feita pelo Conselho Editorial.

5 Normas para a submissão de artigos. As submissões serão feitas através do portal eletrônico da revista (www.resede.com.br), atendendo aos critérios elencados na área de submissões.

5.1 Serão aceitos artigos em que pelo menos um autor seja doutor, doutorando, mestre ou mestrando.

5.2 São aceitos trabalhos em português, inglês, espanhol, francês, italiano e alemão.

5.3 Não serão aceitos artigos com mais de 5 autores.

5.4 O formato do arquivo deverá ser Microsoft Word ou Open Office.



5.5 Os autores do documento devem retirar do texto submetido seus próprios nomes, substituindo com "AUTOR" e o ano das obras eventualmente referidas ou utilizar outra menção que não permita a sua identificação, assim como os metadados do arquivo enviado.

5.6 Com a finalidade de padronizar as submissões para publicação, são exigidos os seguintes formatos para os arquivos de texto:

5.6.1 Tamanho do papel: A4;

5.6.2 Orientação: vertical;

5.6.3 Margens: superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm;

5.6.4 Espaçamento entre linhas: 1,5;

5.6.5 Alinhamento do texto: justificado;

5.6.6 Fonte: Times New Roman, normal, tamanho 12;

5.6.7 Para notas de rodapé e citações com mais de 3 linhas, paginação, legendas de imagens, tabelas e gráficos: tamanho 10, espaçamento simples;

5.7 Para assegurar com que os autores sejam identificáveis pela Equipe Editorial e que sejam publicadas as qualificações acadêmicas e profissionais desejadas, deve ser enviada uma folha de rosto no arquivo com as seguintes informações.

5.7.1 O(s) nome(s), titulação(ões), profissão(ões), dados para contato, agradecimentos, esclarecimentos, dentre outros, que o(s) autor(es) deseja(m) ver publicado(s) no artigo;

5.7.2 Telefone(s) e e-mail(s) do(s) autor(es) para viabilizar eventuais contatos da revista;

5.7.3 Se o trabalho é oriundo de pesquisa fomentada por bolsa, descrever esta;

5.7.4 Link do Currículo Lattes e do ORCID do(s) autor(es);

5.7.5 A folha de rosto poderá ser enviada no mesmo arquivo que o artigo ou em arquivo separado;

5.8 São obrigatórios os seguintes elementos pré-textuais.

5.8.1 Título do artigo: em português (caixa alta e negrito) e, abaixo, em inglês (caixa alta), ambos com alinhamento centralizado;

5.8.2 Resumo: em português e sua respectiva tradução em inglês, entre 100 e 250 palavras, com espaçamento simples (NBR 6028);

5.8.3 Palavras-chave: devem ser listadas entre 4 e 6 palavras-chave em português e suas correspondentes em inglês, abaixo do resumo e de sua tradução. As palavras-chave devem ser separadas por ponto e vírgula e finalizadas por ponto final. Devem ser precedidas pela expressão "Palavras-chave:" e "Keywords:" (NBR 6028);

5.8.4 Sumário: deve ser elaborado um sumário abaixo das palavras-chave contendo os títulos do trabalho sem as respectivas páginas (NBR 6027 e 6024);

5.9 É obrigatória a observação dos seguintes elementos textuais.



5.9.1 Destaques: escolher entre utilizar destaques em itálico ou negrito (não usar ambos ou sublinhado);

5.9.2 Não deve haver marcas de revisão ou comentários no arquivo;

5.9.3 Não se deve concluir um título com citação, tabela, gráfico ou imagem;

5.9.4 Máximo número de páginas: entre 10 e 50 páginas;

5.10 As citações e referências bibliográficas devem seguir as normas da ABNT, sobretudo as normas NBR 10.520:2002 e 6.023:2018.

5.10.1 Citações diretas com menos de 3 linhas: no corpo do texto, entre aspas, sem recuo;

5.10.2 Citações diretas com mais de 3 linhas: recuo de 4 cm, espaçamento simples e fonte tamanho 10;

5.10.3 Quanto possível, as URLs para as referências devem ser fornecidos;

5.10.4 As referências devem ser dispostas em rodapé no formato ABNT completo ou utilizar o sistema autor-data. Não utilizar ambos os sistemas. É possível a utilização de notas de rodapé explicativas;

5.10.5 Ao final, todas as referências utilizadas pelo trabalho devem ser elencadas em ordem alfabética;

6 Ética editorial. Casos graves de violação de ética editorial e científica que forem verificados serão comunicados às instituições relacionadas aos violadores e os casos serão retratados pela revista.

7 Declaração de Direito Autoral e Termos de Responsabilidade. A submissão de trabalhos à revista implica na aceitação de termo de responsabilidade e colaboração autoral inédita.

8 Política de acesso, cobrança e patrocínio. A revista é publicada exclusivamente no formato eletrônico e oferece acesso gratuito, imediato e irrestrito a todo o seu conteúdo, assim como não cobra quaisquer valores para submissão, avaliação ou publicação de artigos. O periódico é mantido com recursos próprios dos editores, com a finalidade de fomentar a pesquisa na área.

9 Dúvidas. Quaisquer dúvidas podem ser elaboradas através do e-mail contato@resede.com.br.

Dr. Ricardo Antônio Lucas Camargo

Prof. Permanente do PPGD/UFRGS

Editor-Chefe